

### **3 Enquadramento Estratégico**

#### **3.1 Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território**

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) traduz as grandes linhas de orientação estratégica da política territorial para os próximos 20 anos em Portugal. É, por um lado, um instrumento decisivo para articulação das diversas escalas espaciais num quadro de coerência das intervenções de política pública com expressão territorial e, por outro lado, define orientações gerais para os outros instrumentos de gestão territorial (IGT), com destaque para os PROT (Planos Regionais de Ordenamento do Território) e PMOT (Planos Municipais de Ordenamento do Território).

A Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBOTU) (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto) e o Diploma que aprovou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (DL n.º 380/99, de 22 de Setembro) estiveram na base da decisão de formulação de um programa nacional de política de ordenamento do território. Ao nível internacional, o EDEC constituiu uma referência fundamental em todo o processo de elaboração do PNPOT, compatibilizando as grandes tendências e opções estratégicas de organização do espaço europeu com as do território nacional.

O PNPOT explicita a repercussão do Programa de Políticas nos diversos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) definidos pela Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo. O Plano Director Municipal é considerado o principal instrumento de articulação entre as várias políticas locais e a política de ordenamento do território e de urbanismo, bem como de coordenação externa entre as políticas nacionais e regionais com incidência territorial e as políticas municipais. Deve ser um instrumento que privilegie o carácter estratégico do exercício de planeamento, definindo uma carta de uso de solo e um modelo territorial num quadro de flexibilidade de forma a responder às dinâmicas de transformação territorial perspectivadas num horizonte de 10 anos.

No âmbito do PNPOT são definidas orientações estratégicas territoriais para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, designadamente:

- Afirmção no contexto das grandes regiões capitais europeias e a valorização do seu potencial de interface entre a Europa e o Mundo;
- Modernização das infra-estruturas de conectividade internacional marítimas e aeroportuárias;
- Inserção na rede transeuropeia de alta velocidade ferroviária;
- Atracção e instalação de actividades intensivas em conhecimento com forte potencial de internacionalização;
- Reabilitação de espaços industriais abandonados;
- Afirmção da vocação turística pela qualificação das redes de equipamentos públicos e pelo apoio à concretização de projectos provados de qualidade;
- Definição de um modelo territorial policêntrico que integre as centralidades intra-metropolitanas e articule o desenvolvimento urbano com o sistema de transportes públicos;
- Valorização da dimensão ambiental do desenvolvimento regional e urbano;
- Promoção de novas formas de governança territorial mais assentes na cooperação interinstitucional e na capacitação e participação dos actores.

Enunciam-se em seguida as opções de desenvolvimento do território da Área Metropolitana de Lisboa definidas pelo PNPOP para as quais o município de Lisboa deve contribuir activamente num quadro de cooperação institucional aos níveis intermunicipal e nacional-local:

- Definição de políticas ambiciosas nos domínios da qualificação das infra-estruturas, equipamentos e serviços, espaço público e ambiente no sentido da internacionalização da cidade de Lisboa e da sua envolvente;
- Desenvolvimento de equipamentos e de serviços de suporte à diversificação das relações internacionais, em particular com África, Ásia e América;
- Melhoria e qualificação das condições de acolhimento às actividades baseadas na economia do conhecimento e intensivas em tecnologia;
- Reforço da articulação do ordenamento do território com o plano de mobilidade e transportes à escala da AML;
- Desenvolvimento urbano mais compacto e combate à fragmentação urbana;
- Implementação da Nova Travessia do Tejo e articulação com infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias;
- Qualificação de áreas urbanas críticas;

- Revitalização do centro histórico e do seu património, reafirmando a sua vocação residencial e o desenvolvimento de funções urbanas;
- Recuperação de áreas de habitação degradada, intervindo ao nível do edificado, do espaço público e dos equipamentos;
- Valorização do potencial de cultura, lazer e turismo da frente ribeirinha;
- Desenvolvimento de programas de regeneração e espaços industriais abandonados de forma a criar novas centralidades no espaço urbano;
- Definição da rede ecológica metropolitana e dos corredores ecológicos;
- Desenvolvimento de estruturas de cooperação intermunicipal e de participação das populações no ordenamento do território;
- Aumento e qualificação das formas de gestão territorial em rede de âmbito metropolitano.

Estas orientações estratégicas devem ser equacionadas no processo de elaboração da Carta Estratégica e do novo PDM de Lisboa.

### **3.2 Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa**

#### **Enquadramento no Plano Regional de Ordenamento do Território**

Os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) constituem instrumentos de desenvolvimento territorial que *estabelecem as orientações para o ordenamento do território regional e definem as redes regionais de infra-estruturas e transportes, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território*<sup>3</sup>.

O Plano Regional da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML) foi aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 68/2002<sup>4</sup>, quase no final do prazo de vigência dos Planos Directores Municipais de primeira geração (oito anos passados sobre a entrada em vigor do Plano Director Municipal de Lisboa).

Coincidindo temporalmente os processos de revisão do Plano Director Municipal (PDM) de Lisboa e do PROTAML, propomo-nos fazer uma aferição crítica da conformidade das

---

<sup>3</sup> Alínea b) do n.º 1 do art.º 9.º da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto.

<sup>4</sup> Publicado no Diário da República II Série B n.º 82, de 8 de Abril de 2002

opções de ordenamento contidas no PDM de 1994 com o conteúdo do Plano Regional de Ordenamento do Território em vigor.

### **Quanto à estratégia global:**

O PROTAML visa os seguintes quatro objectivos fundamentais:

- *A contenção da expansão da área metropolitana de Lisboa, sobretudo sobre o litoral e as áreas de maior valor ambiental, bem como nas zonas consideradas críticas ou saturadas do ponto de vista urbanístico;*
- *A diversificação das centralidades na estruturação urbana, nas duas margens do Tejo, com salvaguarda da paisagem e dos valores ambientais ribeirinhos, suportada numa reorganização do sistema metropolitano de transportes, no quadro de uma estratégia de mobilidade para a área metropolitana;*
- *A salvaguarda da estrutura ecológica metropolitana, que integra os valores naturais mais significativos desta área e que desempenham uma função ecológica essencial ao funcionamento equilibrado do sistema urbano metropolitano;*
- *A promoção da qualificação urbana, nomeadamente das áreas urbanas degradadas ou socialmente deprimidas, bem como das áreas periféricas ou suburbanas e dos centros históricos.*

O PROTAML fundamenta-se em quatro prioridades essenciais:

*1) Sustentabilidade ambiental — encarando a preservação e a valorização ambiental como premissas fundamentais de criação de oportunidade de desenvolvimento, adopta-se uma visão sistémica das vertentes ambientais, propondo-se que a «estrutura metropolitana de protecção e valorização ambiental» constitua a rede fundamental de áreas, corredores e ligações ecológicas, de valorização ambiental do sistema territorial.*

*A (re)valorização da água como elemento de sustentabilidade ambiental e de valorização da paisagem e a revitalização do meio rural como elemento do equilíbrio metropolitano são também objectivos fundamentais do PROTAML;*

*2) Qualificação metropolitana — realizada através da contenção da expansão urbana e de um modelo/estrutura territorial que visa:*

*A recentragem e o ordenamento da AML, em articulação com o estuário do Tejo, salvaguardando os recursos naturais e as áreas protegidas;*

*O desenvolvimento de novas centralidades metropolitanas;*

*O complemento e a consolidação de uma estrutura de acessibilidades em rede;*

*O ordenamento da logística.*

*3) Coesão socioterritorial— através de uma melhoria sustentada das condições de vida e da qualidade urbana para a população residente na AML.*

*A erradicação dos bairros de barracas e de outras situações de precariedade residencial, melhorando, em simultâneo, as condições de realojamento e de equipamentos dos bairros sociais; a requalificação dos subúrbios é uma proposta inovadora e de óbvias consequências sociais e territoriais; a implementação de uma política urbana de equidade territorial, garantindo a igualdade de oportunidades no acesso aos equipamentos, à habitação e aos serviços, e a valorização dos recursos humanos, da empregabilidade e do emprego são as condições que se preconizam para a garantia da coesão socioterritorial na AML;*

*4) Organização do sistema metropolitano de transportes — a AML dispõe já de um apreciável sistema de infra-estruturas e equipamentos de transportes, mas a debilidade e descoordenação do sistema de transportes na região constitui uma das principais fragilidades. Não existe coordenação intermodal e vem prevalecendo o transporte individual, com consequências nocivas no funcionamento da AML, na qualidade de vida das pessoas e no ordenamento do território. Nos transportes de mercadorias persistem também debilidades que urge ultrapassar.*

A visão estratégica global do PROTAML, deverá enquadrar a revisão dos objectivos estratégicos de desenvolvimento territorial local, considerando designadamente:

- A ligação da estrutura ecológica urbana municipal à rede ecológica metropolitana;
- A adopção de um modelo de ordenamento compacto, em contraposição ao modelo de cidade difusa, que promove a dispersão de populações e actividades pelo território metropolitano;
- Maior atenção à regeneração urbana e à resolução de desequilíbrios sócio-urbanos;

- Uma forte articulação entre os modelos de ordenamento do território e os modelos de mobilidade, promovendo a mobilidade em transporte público e o reordenamento da logística urbana.

#### **Quanto à estratégia territorial:**

O PROTAML aponta como objectivo primordial: Recentrar a Área Metropolitana e polinuclear a Região.

Esta visão surge numa perspectiva de combater a litoralização da AML e os consequentes desequilíbrios territoriais resultantes, recentrando-a no Estuário do Tejo, procurando desenvolver um modelo polinucleado apostado no desenvolvimento da “Grande Lisboa”, Cidade de duas Margens, ancorada na Cidade de Lisboa.

Segundo o PROTAML: *nesta nova dimensão territorial, a AML tende a passar de uma estrutura centrada e quase exclusivamente dependente de Lisboa, a um sistema territorial complexo no qual a periferia metropolitana desempenha, cada vez mais, funções de articulação inter-regional e um papel importante na organização e equilíbrio da região metropolitana.*

Neste contexto, o PROTAML identifica *novas condições e oportunidades à reorganização territorial e funcional da área metropolitana de Lisboa*, e diagnostica sete tipos de espaços, consoante as dinâmicas e tendências dominantes de mudança, dos quais destacamos quatro:

*Espaços motores — espaços que se destacam no actual processo de especialização funcional da AML, através da capacidade de atraírem e fixarem novas actividades e funções de nível superior, e ou de renovação e requalificação urbanas através da valorização do espaço público, estruturação da rede viária principal, elevação do nível de serviços urbanos e melhoria da qualidade da oferta habitacional.*

*Estes espaços com impacte positivo na AML integram a coroa de transição da cidade de Lisboa, o eixo Oeiras-Cascais, Almada-Seixal, Setúbal-Palmela e a zona industrial e de serviços de Coima;*

*Espaços problema — abrangem as áreas periféricas fragmentadas e desestruturadas com tendência para a desqualificação urbana e ambiental e que apresentam dificuldades, pela sua localização e dimensão territorial. De igual modo, abrangem as áreas centrais dos aglomerados urbanos da AML que se encontram em perda de população residente e de actividades, denotando um acentuado declínio urbano e fortes processos de degradação.*

*Estes espaços correspondem a extensas áreas a reordenar e a revitalizar onde será difícil inverter tendências a curto prazo, e integram a área central de Lisboa, os espaços intersticiais entre os eixos Oeiras-Cascais e Amadora-Sintra, o arco Belas-Bucelas e áreas do interior da península de Setúbal ocupadas com loteamentos clandestinos;*

*Áreas críticas urbanas — são áreas especialmente desqualificadas urbanística e socialmente, carenciadas de infra-estruturas e equipamentos, e caracterizadas por uma forte concentração residencial e altas densidades populacionais. Exigem importantes investimentos orientados para a reestruturação e requalificação urbanas com vista a inverter tendências a médio e longo prazos. Integram o Centro Histórico de Lisboa, os eixos de Algueirão-Cacém-Amadora e Sacavém-Vila Franca de Xira, ligados pela costeira de Loures, a zona habitacional Lavradio-Baixa da Banheira-Vale da Amoreira e os bairros desqualificados em Setúbal;*

*Espaços emergentes— correspondem a áreas com potencialidades para protagonizarem transformações positivas na AML, tanto no que respeita ao desenvolvimento de funções especializadas e novos usos, como à reestruturação e qualificação urbana e ambiental de sectores importantes da estrutura metropolitana.*

*Os espaços ribeirinhos dos estuários do Tejo e Sado e a orla costeira norte e sul podem ter um papel destacado na requalificação da vida metropolitana, oferecendo condições privilegiadas para o recreio, lazer e turismo na ligação ao mar, aos rios e à natureza, integrando a estrutura ecológica metropolitana, no sentido de assegurar o necessário equilíbrio e complementaridade com os valores ambientais, designadamente os das áreas classificadas.*

*(...);*

*Áreas com potencialidades de reconversão/renovação — são áreas marcadas por ocupações obsoletas ou em desactivação que tendem a ser reconvertidas ou renovadas. A sua posição na AML e a dimensão das áreas a renovar criam condições ao desenvolvimento*

de novas centralidades metropolitanas com a instalação de actividades dinâmicas e inovadoras.

Integram estas áreas os antigos complexos industriais da Siderurgia, Quimigal (QUIMIPARQUE), LISNAVE e a zona oriental de Lisboa, em particular as novas áreas envolventes da Parque-Expo.

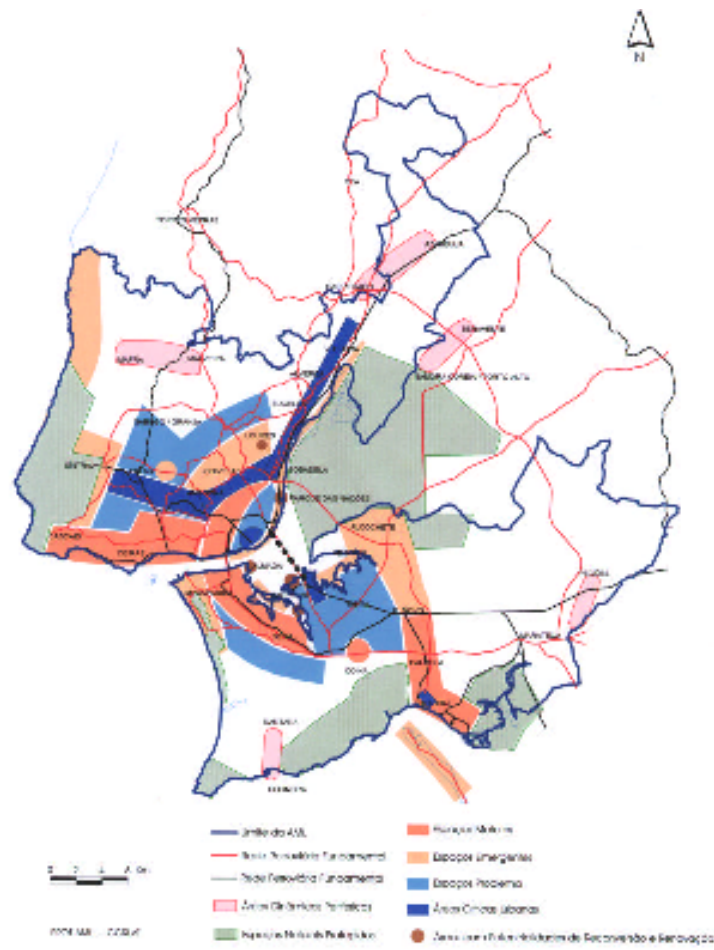


Figura 1 – Dinâmicas Territoriais na AML

Para a passagem da situação actual para a situação desejada o PROTAML propõe um conjunto de *linhas de política territorial* que se traduzem em:

1) *Incentivar os espaços motores como aceleradores do desenvolvimento e da internacionalização da AML;*



- 2) Apoiar e enquadrar o desenvolvimento dos espaços emergentes e as áreas com potencial de reconversão/renovação, para que cumpram funções de reestruturação e qualificação da AML;*
- 3) Intervir nos espaços problema e nas áreas críticas urbanas com vista a conter as tendências de degradação e desqualificação, introduzir dinâmicas de reequilíbrio social e urbanístico e reforçar os mecanismos de coesão social;*
- 4) Proteger e valorizar recursos naturais, os estuários, a orla costeira e os espaços agro-florestais sensíveis, integrando-os num conceito alargado de região metropolitana;*
- 5) Definir o sistema estruturante de transportes da AML, as suas articulações externas (nacionais, ibéricas, internacionais) e a integração das principais infra-estruturas portuárias e aeroportuárias.*

Sobre a estratégia territorial enunciada no PROTAML torna-se pertinente reflectir:

- No papel chave de reabilitação da Zona Monumental de Ajuda-Belém, não apenas como factor de atractividade turística de Lisboa, mas também enquanto catalisador da reequilíbrio territorial e de indução de novas actividades inovadoras;
- Na regeneração da área central de Lisboa e, em particular do seu Centro Histórico, buscando novas vocações, invertendo processos de degradação;
- Na estruturação da coroa Noroeste da Cidade, integrando-a, numa perspectiva de coesão sócio-territorial;
- Na requalificação da frente ribeirinha de Lisboa, enquanto oportunidade de “reconciliação” da Cidade com o Rio, buscando uma especialização de turismo e lazer, sem esquecer a devida articulação com a função portuária e a concretização da estrutura ecológica urbana;
- Nas condições de reconversão da zona ribeirinha oriental, enquanto novo pólo emergente de inovação e de internacionalização da cidade e da região.

#### **Quanto ao esquema do modelo territorial:**

O modelo territorial proposto no PROTAML *traduz espacialmente os objectivos e orientações delineadas nas opções estratégicas e visa orientar a reconfiguração espacial e funcional da AML.*

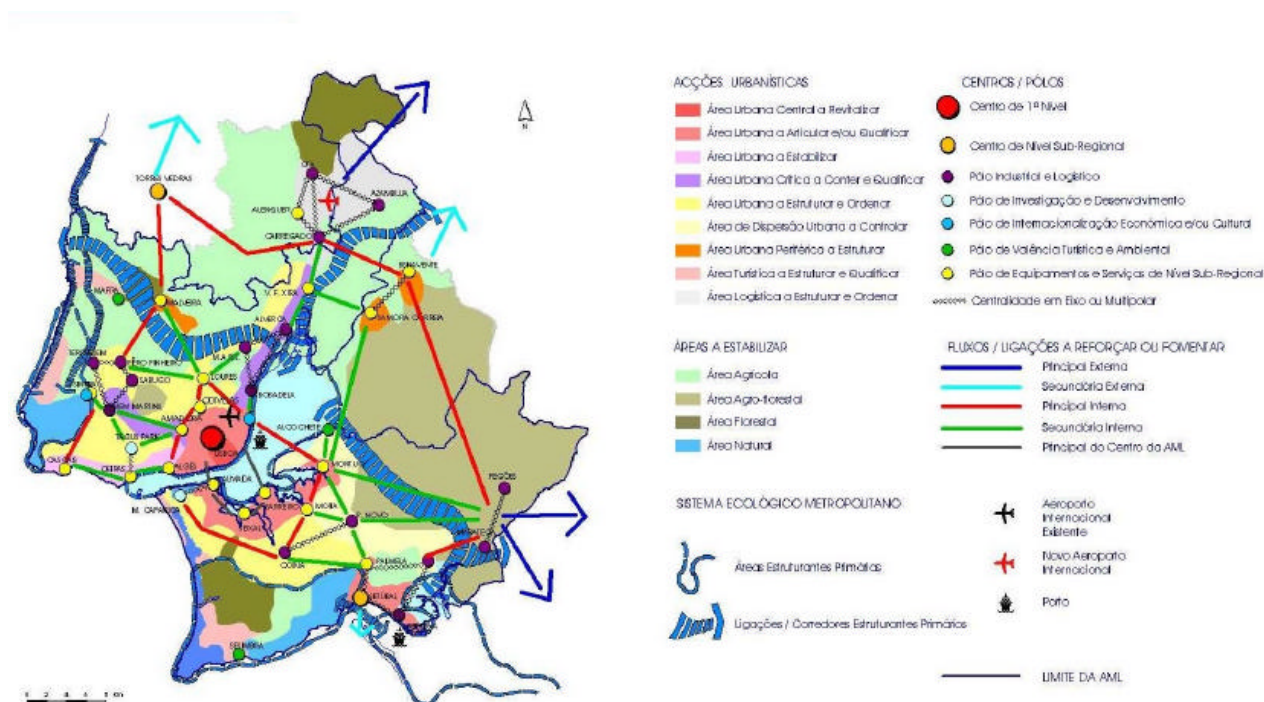


Figura 2 – Esquema do Modelo Territorial

O esquema do modelo territorial integra as seguintes componentes:

- *Acções urbanísticas* — estas acções resultam do diagnóstico de ordenamento, a identificação dos padrões de ocupação do solo e de propostas de actuação. Cada espaço territorial requer um planeamento e intervenção conjuntos, embora distinguindo internamente os tipos de acções urbanísticas adequadas aos usos e ocupações existentes, a desenvolver no planeamento municipal;
- *Centros/pólos* — cada espaço contém áreas cuja valorização, reconversão ou desenvolvimento têm uma importância estruturante para a materialização do modelo territorial proposto.
- *Estas áreas coincidem com os centros e pólos, multifuncionais ou especializados, que definem o sistema metropolitano de actividades;*
- *Ligações entre pólos e eixos ou conjuntos multipolares a reforçar ou fomentar* — considerando as ligações que já hoje se observam (face às infra-estruturas existentes e às relações mais importantes que já se verificam), hierarquizam-se as novas ligações a criar e as ligações existentes a reforçar, em função, não apenas da importância relativa

*da intervenção que seja necessário promover com vista à consolidação do modelo, mas também das ligações internas da AML, do seu centro, ou as ligações da AML ao exterior;*

- Sistema ecológico metropolitano — destacam-se como elementos fundamentais as áreas estruturantes primárias e os corredores/ligações estruturantes primários, em articulação e complemento das áreas agro-florestais estruturantes e ainda dominantes na AML, com vista a demonstrar simultaneamente a compatibilidade do modelo territorial proposto com aquele sistema à escala regional e o papel que aqueles espaços devem desempenhar na execução das opções estratégicas para a AML.*

*No âmbito do esquema do modelo metropolitano, o PROTAML com base em estudos de caracterização e diagnóstico desenvolvidos, designadamente o inventário territorial, levantamento dos padrões de ocupação do solo, permitiram fundamentar a identificação de 17 unidades territoriais distintas, das quais destacamos duas:*

*1 — Estuário do Tejo. — O estuário do Tejo constitui o espaço central da AML, sendo em torno das suas margens que se iniciou o desenvolvimento do sistema urbano, em ligação com os modos de vida ribeirinhos que a sua presença proporcionava, e sendo através dele que se fazem as ligações entre a margem norte e a margem sul da área urbana mais densa da AML.*

*Em termos naturais, o estuário é uma área de importância estratégica ao nível metropolitano e nacional. Os seus valores naturais decorrem, em particular, da sua dimensão, diversidade, riqueza florística e faunística e, de um modo geral, da variedade de ecossistemas que nele ocorrem, estando classificados como reserva natural e zona de protecção especial para a avifauna.*

*Existem conflitos e ameaças a esta unidade decorrentes de usos ribeirinhos, do seu funcionamento como meio receptor da bacia hidrográfica do rio Tejo, bem como de actividades localizadas na envolvente urbana, entre elas algumas associadas ao porto de Lisboa.*

*O estuário tem condições para o desenvolvimento de actividades económicas e de recreio e lazer importantes para a evolução da AML e para funcionar como elemento aglutinador e estruturador do desenvolvimento de uma cidade de duas margens, integrando as condições*

*ambientais particulares e traduzindo uma das ideias-chave do modelo territorial proposto: «Recentrar a Área Metropolitana no Estuário do Tejo».*

*2 — Lisboa — centro metropolitano. — Esta unidade territorial corresponde sensivelmente ao município de Lisboa, com excepção da área a noroeste do aeroporto, e constitui o centro da AML. Cerca de 85% desta área é classificada como urbano consolidado, nela se atingindo, em termos globais, as maiores densidades de ocupação da AML.*

*Embora assim identificada, os limites da unidade «Lisboa-Centro Metropolitano» são naturalmente difusos, apresentando uma forte continuidade espacial e funcional com as unidades envolventes, em particular nas áreas de fronteira com os grandes eixos urbanos que dela irradiam: Cascais, Sintra, Loures e Vila Franca de Xira.*

*Nesta unidade polarizadora concentra-se a grande maioria dos equipamentos e serviços de nível superior e nela convergem as principais infra-estruturas de transportes e grandes fluxos de população e bens, o que tem determinado problemas de congestionamento e de funcionalidade.*

*Em termos gerais, esta área estrutura-se: numa área central que engloba as áreas históricas do centro, onde existem áreas com graves problemas de desertificação populacional e de decadência comercial; nos espaços de importância histórico-cultural de Ajuda e Belém; nos grandes eixos de crescimento inicial da cidade, onde se localizam importantes manchas de terciário; em áreas pontuais e eixos desqualificados e degradados, designadamente associados a bairros históricos, áreas industriais e de armazenagem em decadência e áreas de habitação social; numa faixa envolvente mais recente, desenvolvida em torno da 2.ª circular, prolongada pelo eixo Norte-Sul, onde se registaram e continuam a registar fenómenos de densificação acelerada.*

*Nas áreas de fronteira com os principais eixos de crescimento urbano que dela irradiam ocorrem, ainda, lacunas e desarticulações de infra-estruturação, fenómenos de desqualificação do espaço urbano, designadamente a existência de núcleos de barracas e outro tipo de habitação degradada, em promiscuidade com unidades industriais e de armazenagem em declínio, abandonadas ou, de um modo geral, pouco cuidadas inseridas num espaço público não minimamente tratado.*

*Os problemas de pobreza, exclusão ou, de alguma forma, de desqualificação social são nesta unidade particularmente graves, afectando cerca de 30% da população residente, agravados pela presença significativa de minorias étnicas residentes em bairros degradados.*

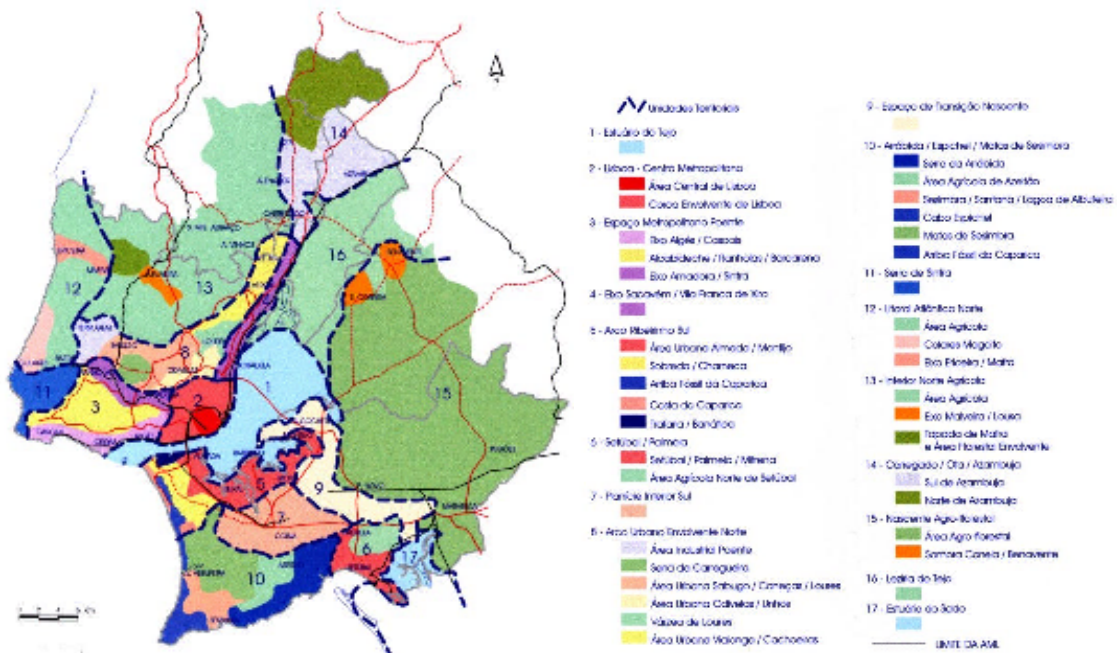


Figura 3 – Unidades Territoriais

No esquema do modelo territorial a concretização da estrutura metropolitana de protecção e valorização ambiental processa-se através da rede ecológica metropolitana (REM).

A REM, de acordo com os diferentes temas abordados, com especial incidência no conjunto das áreas protegidas ou classificadas, nos elementos da estrutura verde e dos padrões de ocupação do solo, nos estudos e propostas do sector da conservação da natureza, dos recursos hídricos e dos solos, entre outros, estrutura-se em três níveis hierárquicos distintos:

- **Rede primária**, onde se inclui o Estuário do Tejo, referido como elemento central da AML e constitui uma área húmida da maior importância a nível nacional e europeu. Apresenta uma biodiversidade muito elevada e uma excepcional diversidade paisagística, constituindo o elemento de referência simbólica da cidade de Lisboa e de toda a AML;

- **Rede secundária**, que correspondem a *áreas e sistemas com dimensão suficiente para serem claramente identificados e com importância metropolitana e local na sustentabilidade do modelo territorial*, onde se inclui o Parque Florestal de Monsanto;
- **Áreas e ligações/corredores vitais**, cujo conceito *decorre da constatação do facto de nas áreas urbanas consolidadas, não estruturadas, fragmentadas e desordenadas do território metropolitano, o espaço livre, não edificado, ser já de dimensão e configuração que o remete para espaço residual, ainda que nalguns casos com dimensão aparente significativa*.

O PROTAML preconiza para as áreas e ligações/corredores vitais a concretização de *espaços públicos, zonas de lazer e recreio, em espaço não edificado, fundamentais para o funcionamento e qualidade do sistema urbano no seu conjunto*.

Neste nível da REM, o PROTAML identificou *os estrangulamentos, intrusões e interrupções que, ocorrendo no território metropolitano, põem em causa o funcionamento do sistema ecológico*.

Na Cidade de Lisboa integram as áreas e ligações estruturantes vitais:

- O Parque Florestal de Monsanto;
- O Parque Eduardo VII e parte do corredor de ligação a Monsanto (até à Av. de Ceuta);
- O Parque Periférico com continuidade para as Costeiras de Loures e Odivelas e para o Parque Oeste do Alto do Lumiar;
- O Parque das Conchas e Lilazes;
- A Mata de Alvalade;
- Parte Sul do Parque da Belavista;
- Vale de Chelas e Quadra Central de Chelas.

São ainda identificados:

- Uma intrusão, na área Norte da Freguesia da Ameixoeira (junto às Galinheiras);
- Um estrangulamento, sobre a Calçada de Carriche, na zona de ligação entre o Vale da Ameixoeira e a área Poente do Parque Periférico.





Conforme se pode observar na figura 4 existe alguma falta de aderência entre as áreas vitais identificadas no PROTAML e as áreas verdes delimitadas na carta de classificação do solo do PDM em vigor.

Essa falta de aderência apresenta maior expressão nas seguintes áreas:

- No Parque Oeste e no Parque das Quintas das Conchas e Lilazes, onde as áreas vitais se estendem sobre áreas já comprometidas, cuja urbanização encontra-se programada ou concretizada ao abrigo do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar;
- No Parque da Belavista e no Vale de Chelas, onde as áreas vitais abrangem áreas concretizadas ou comprometidas, designadamente pela instalação do Parque Hospitalar Oriental.

Relativamente a estas situações, há a referir que o PDM em vigor identifica outras áreas verdes em contiguidade, ou em zonas próximas, capazes de produzirem a compensação de área para a rede ecológica metropolitana, bem como estabelecer uma continuidade física entre o sistema ecológico, não considerada no PROTAML.

Ao nível das linhas de intervenção para esta área central da AML, no que se refere ao sistema de transportes e logística, o PROTAML preconiza para os PDM em processo de revisão que seja integrada *a problemática dos transportes, tendo em conta objectivos de racionalização do sistema, de melhoria do serviço, de crescimento de utilização do TC<sup>5</sup> e, por outro lado, de integração das cadeias logísticas.*

Para o núcleo central da AML, o PROTAML prevê *a densificação da rede de metropolitano e o desenvolvimento dos sistemas de capacidade intermédia.* Defendendo, em concreto, que o sistema radial da rede de metropolitano seja completado por uma rede ferroviária ligeira, *que diversifique as ligações circulares e assegure a cobertura do território do restante núcleo central.*

No que se refere ao Centro Histórico de Lisboa, o PROTAML assume partido pela preservação da rede de eléctricos das colinas que considera *mais condizente com a exiguidade dos espaços viários existentes.*

---

<sup>5</sup> TC – Transporte Colectivo



Por outro lado, o PROTAML, para a Cidade de Lisboa, preconiza medidas de restrição à utilização do transporte individual, através de uma política de estacionamento *definida em função da evolução da rede pesada do sistema de TC e da progressiva restrição ao estacionamento de longa duração no centro de Lisboa.*

O PROTAML assume como área prioritária o reordenamento da rede logística metropolitana, *com vista a atingir-se, por um lado, uma maior racionalização do transporte, tratamento e distribuição de mercadorias com efeitos na redução de custos da sua movimentação, na melhoria da qualidade dos serviços prestados e no aumento da capacidade competitiva das empresas, e, por outro, um melhor ordenamento e qualificação do território, minimizando os impactes negativos da actual dispersão das instalações logísticas e da circulação desordenada das mercadorias.*

Lisboa contribui para o sistema logístico metropolitano através das infra-estruturas portuárias e aeroportuárias, ficando de fora da rede de plataformas logísticas ou de micro logística apontadas no PROTAML, em consonância com as orientações de reconversão da Zona Ribeirinha Oriental.

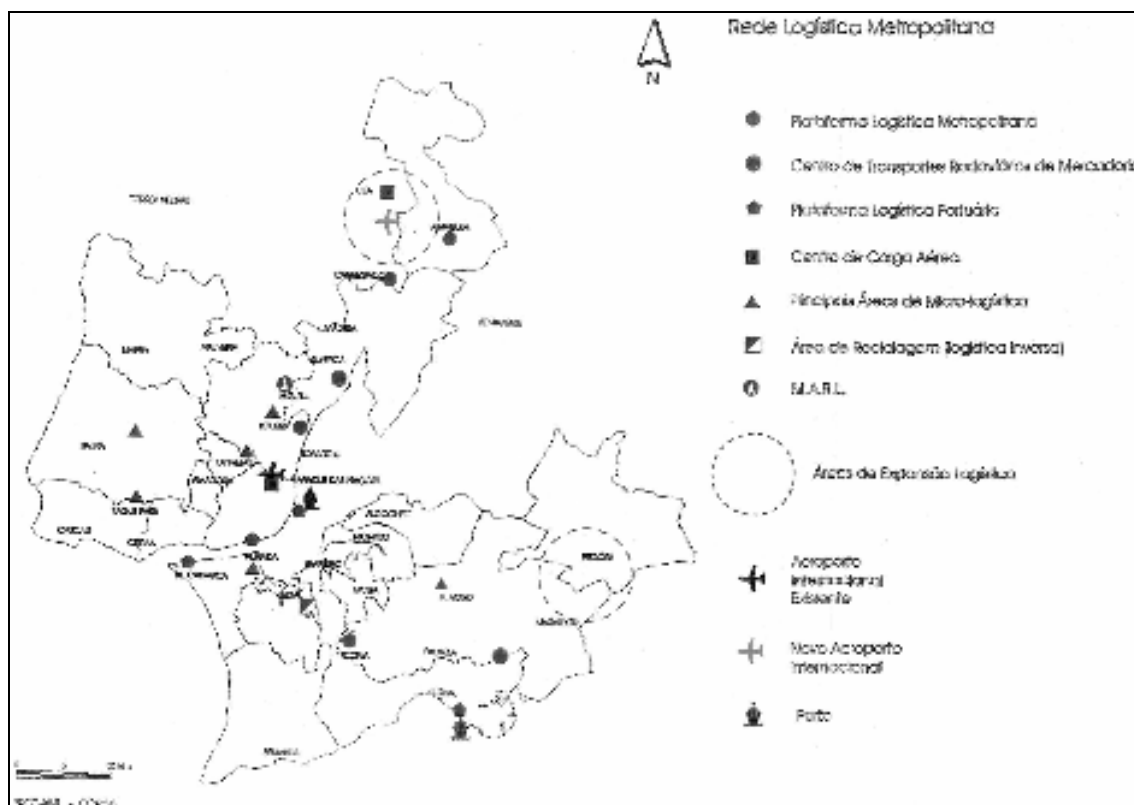


Figura 5 – Rede Logística Metropolitana

## Quanto às Normas Gerais:

As normas gerais do PROTAML estruturam-se em três pontos:

1. Princípios Gerais;
2. Orientações sectoriais;
3. Orientações territoriais

No âmbito da presente análise detemo-nos nas orientações territoriais e em concreto no ponto 1.3.2 – Lisboa - Centro metropolitano:

*1.3.2.1 — Promover Lisboa como área central para localização de actividades e desempenho de funções de nível superior com capacidade para servir de motor ao desenvolvimento da AML e à sua afirmação a nível nacional e internacional.*

*1.3.2.2 — Imprimir nova vitalidade e dinamismo ao centro tradicional de Lisboa através da implantação de actividades inovadoras e de qualidade, numa lógica de complementaridade de produtos e articulação de funcionamento, indutoras da reconversão e diversificação dos segmentos de investidores e utilizadores desse espaço.*

*1.3.2.3 — Revitalizar e requalificar os bairros históricos no sentido de criar condições favoráveis à reabilitação e manutenção da função habitacional e às actividades socialmente diversificadas.*

*1.3.2.4 — Controlar e inverter os processos de degradação física e funcional, criando mecanismos de sensibilização e apoio dirigidos à conservação e recuperação do parque habitacional e à reconversão dos espaços industriais e de armazenagem em decadência ou abandono.*

*1.3.2.5 — Desenvolver acções e projectos integrados nos domínios da habitação, da formação, do emprego e do apoio social dirigidos às populações afectadas por fenómenos de pobreza, desqualificação ou exclusão social.*

*1.3.2.6 — Estruturar o sistema urbano da coroa exterior, articulando os tecidos entre si e com as unidades territoriais vizinhas através, designadamente, do reforço das acessibilidades locais e metropolitanas, da qualificação dos núcleos degradados e da criação e valorização do espaço público associado à implementação da REM.*

### **Quanto às Normas Específicas:**

Destacamos as medidas a promover no âmbito do desenvolvimento dos instrumentos de planeamento territorial e, em concreto, aquelas que nos pareceram mais direccionadas ao contexto territorial onde se insere a Cidade de Lisboa:

- Salvar as áreas ainda livres de edificação para acolher os espaços públicos equipados e espaços verdes públicos necessários à resolução das questões de desafogo, de remate e de articulação de tecidos urbanos;
- Garantir que as novas áreas de crescimento urbano incluam os serviços, equipamentos e infra-estruturas qualificados e adequados à sua posição relativa na rede urbana;
- Qualificar urbanística e paisagisticamente as áreas urbanas tradicionais, associando-lhes um papel central na prestação de bens e serviços;
- Considerar— enquanto não for revista a Portaria n.º 1136/2001, de 25 de Setembro, e face às carências de espaço público, de equipamentos e infra-estruturas nas áreas urbanizáveis e em especial nas áreas urbanas mais densamente ocupadas valores de áreas destinadas àquelas funções urbanas, superiores aos valores indicados na portaria;
- Distinguir, na definição das áreas de cedência, a parte correspondente a espaço público não edificado, a área afectada a equipamentos e os valores e parâmetros referentes a infra-estruturas;
- Considerar— em especial nas áreas urbanizáveis e no licenciamento de novos projectos localizados em áreas já densamente urbanizadas — afectos a espaço público não construído, no mínimo, 75% do total da área de cedência.

Estas normas orientadoras deverão ter uma atenção crítica no âmbito da revisão do PDM, devendo ser ponderados no âmbito da estratégia de desenvolvimento territorial, designadamente, tendo em atenção para que a maximização destas orientações não contradiga os princípios da compactação do modelo urbano metropolitano e não constitua impedimento à concretização da rede de equipamentos de suporte à estrutura urbana.

### **Quanto às Acções Urbanísticas:**

Destacamos as orientações definidas para as seguintes duas unidades territoriais, definidas no esquema do modelo territorial:

### **Área urbana central a revitalizar**

A revitalização do centro tradicional da cidade de Lisboa deve ser encarada numa perspectiva de gestão integrada e deve decorrer de:

- Implantação de actividades inovadoras e de qualidade;
- Criação de condições favoráveis à reabilitação e manutenção da função habitacional;
- Controlo e inversão dos processos de degradação física e funcional do parque edificado e do espaço público;
- Criação de espaços públicos qualificados;
- Dinamização do comércio, dos serviços e de actividades culturais e recreativas;
- Apoio às populações afectadas por fenómenos de desqualificação, pobreza e exclusão social.

### **Área urbana a articular e ou qualificar**

Os IPT<sup>6</sup> devem:

- a) Concretizar a articulação interna, funcional e urbanística, destes territórios, assim como as relações com os territórios envolventes, através do reforço das acessibilidades locais e metropolitanas, da qualificação dos núcleos degradados e da criação e valorização de espaço público associado à implementação da REM;
- b) Concretizar os mecanismos de classificação e protecção das áreas ribeirinhas, assim como a definição das áreas a afectar às actividades de recreio e lazer, salvaguardando os valores naturais e o património paisagístico;
- c) Rever os índices urbanísticos que permitam o aumento das áreas afectas a espaço público, espaços verdes, espaços para equipamentos colectivos, rede viária estruturante e áreas de circulação de peões e de estacionamento, nas áreas urbanas existentes e nas novas áreas a urbanizar;
- d) Promover a realocação, reconversão ou modernização das áreas industriais em situação de declínio, abandono ou que causem problemas graves ao sistema urbano vizinho (nomeadamente poluição hídrica, atmosférica ou de outro tipo), privilegiando novos usos compatíveis com a proximidade habitacional, em particular os serviços de apoio às actividades económicas e a criação de espaço público.

---

<sup>6</sup> IPT – Instrumentos de Planeamento Territorial

## **Conclusões:**

O Plano Director Municipal de 1994 não apresenta contradições de fundo com os objectivos preconizados no PROTAML.

No entanto há aspectos que merecem ser melhor ponderados no âmbito da revisão do PDM, tendo em consideração o modelo de ordenamento metropolitano e as alterações de contexto entretanto decorridas:

- Estabelecer uma estrutura ecológica municipal contínua que apresente continuidade com a rede ecológica metropolitana;
- Repensar a vocação dos espaços em desactivação de funções portuárias, tendo em consideração a colmatação de carências do espaço urbano e a continuidade dos sistemas biofísicos;
- Desenvolver novos pólos no interior da Cidade de Lisboa, em articulação com o sistema de transportes públicos, a regeneração do Centro Histórico e o surgimento de pólos recentes na AML;
- Ajustar os mecanismos de revitalização do centro tradicional tendo em consideração os vectores de intervenção social e regeneração económica, em consonância com a Política de Cidades e com o Quadro de Referência Estratégico;
- Desenvolver um quadro de programação que contribua para a resolução de assimetrias sócio-urbanas, promovendo condições de igualdade no acesso aos equipamentos e às funções urbanas em geral, com particular enfoque sobre as áreas centrais e periféricas deprimidas;
- Desenvolver modelos e mecanismos de atracção de novos residentes, com particular enfoque sobre as áreas centrais;
- Repensar o sistema de mobilidade, que ajude a concretizar a Cidade das duas Margens, centrada em torno do estuário do Tejo;
- Rever as normas de capitação de estacionamento consagradas no PDM em vigor, de modo a penalizar o transporte individual e a favorecer as deslocações em transporte público, em concreto sobre as áreas densamente servidas por transporte público pesado;
- Rever a vocação da Zona Ribeirinha Oriental, como novo pólo de inovação e internacionalização, resolvendo a contradição entre os objectivos de reconversão e a

aptidão do solo consagrada no PDM em vigor, que cristaliza uma plataforma logística em processo de desactivação e sem papel definido no seio da AML;

- Repensar as condições de operação da cadeia logística no interior da Cidade, em articulação com o sistema logístico metropolitano.

### **3.3 Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa**

#### **Enquadramento legal**

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) são instrumentos de ordenamento e planeamento florestal, à escala da região que pretendem definir directrizes relativas ao uso e ocupação dos espaços florestais, concertando os vários intervenientes (o Estado e os privados) e simultaneamente articular-se com outros instrumentos de gestão do território, com a finalidade de garantir a produção e a gestão sustentável dos espaços florestais. As medidas e acções propostas nos diversos PROF são integradas nos PMOT respectivos.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a republicação efectuada pelo Decreto-Lei 316/2007, de 19 de Setembro, o PROF é definido como sendo um plano sectorial no sistema de gestão territorial estabelecido.

Cada PROF estabelece os requisitos mínimos para que um determinado espaço florestal tenha que possuir obrigatoriamente um Plano de Gestão Florestal (PGF). O PGF é o instrumento operativo que transfere para o terreno as orientações estratégicas contidas no PROF da região onde se insere.

#### **O Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (PROF AML)**

A elaboração do Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (PROF AML), que abrange o município de Lisboa, ficou a cargo da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste. O regulamento do PROF AML é expresso no Decreto Regulamentar nº15/2006 de 19 de Outubro.

O PROF AML é constituído por um regulamento e um mapa síntese que identifica as sub-regiões homogéneas<sup>7</sup>, as zonas críticas<sup>8</sup> do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios, os municípios, as áreas classificadas<sup>9</sup>, as áreas submetidas a regime florestal<sup>10</sup>, os corredores ecológicos<sup>11</sup> e as florestas modelo<sup>12</sup>.

Chama-se a atenção para a abordagem multifuncional que o PROF defende, integrando várias funções no espaço florestal (funções de produção, protecção, conservação de habitats, fauna e flora, silvopastorícia, caça e pesca em água interiores, recreio e enquadramento paisagístico).

A elaboração do PROF\_AML teve uma comissão mista de acompanhamento que integrou várias entidades, entre as quais os municípios abrangidos. A vigência máxima do PROF AML é de 20 anos, podendo ser sujeito a alterações periódicas, de 5 em 5 anos, e entrou em vigor a 20 de Outubro de 2006.

No âmbito do acompanhamento da revisão do PDM, a Autoridade Florestal Nacional é a entidade que assegura a compatibilização entre as orientações do PROF e o próprio PDM.

---

<sup>7</sup> «Sub-região homogénea» é a unidade territorial com elevado grau de homogeneidade relativamente ao perfil de funções dos espaços florestais e às suas características, possibilitando a definição territorial de objectivos de utilização, como resultado da optimização combinada das três funções principais;

<sup>8</sup> «Zonas críticas» são as manchas onde se reconhece ser prioritária a aplicação de medidas mais rigorosas de defesa da floresta contra incêndios face ao risco de incêndio que apresentam e em função do seu valor económico, social e ecológico;

<sup>9</sup> «Áreas classificadas» são as áreas que são consideradas de particular interesse para a conservação da natureza, nomeadamente áreas protegidas, sítios da Lista Nacional de Sítios, sítios de interesse comunitário, zonas especiais de conservação e zonas de protecção especial criadas nos termos das normas jurídicas aplicáveis;

<sup>10</sup> «Regime florestal» o conjunto de disposições legais destinadas não só à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias do litoral marítimo;

<sup>11</sup> «Corredor ecológico» são as faixas que promovem a conexão entre áreas florestais dispersas, favorecendo o intercâmbio genético, essencial para a manutenção da biodiversidade;

<sup>12</sup> «Floresta modelo» são os espaços florestais especialmente vocacionados para a demonstração, onde se leva à prática uma gestão florestal sustentável de excelência com vista a atingir um conjunto de objectivos que advêm da sua hierarquia funcional;

## **A sub-região Grande Lisboa**

### **Objectivos**

O município de Lisboa é integrado na sub-região homogénea “Grande Lisboa”. No ponto 3 do artigo 5 do DR nº15/2006 de 19 de Outubro, que regulamenta o PROF AML, é enunciada uma listagem de objectivos comuns a todas as sub-regiões homogéneas.

Para a sub-região homogénea da Grande Lisboa os objectivos específicos apresentam “como primeira função o recreio, o enquadramento e a estética da paisagem, como segunda função a protecção e como terceira função a conservação de habitats de espécies da fauna e flora e de Geomonumentos” (art. 15º, ponto 1).

A fim de prosseguir todas estas funções referidas são estabelecidos os seguintes objectivos específicos explícitos no art. 15º, ponto 2:

- a) Melhorar e racionalizar a oferta dos espaços florestais na área do turismo e do lazer;
- b) Preservar os valores fundamentais do solo e da água;
- c) Fomentar os valores paisagísticos dos espaços florestais.

### **Espécies florestais e modelos de silvicultura**

O PROF AML anuncia como uma das suas prioridades, a defesa e a protecção de certas espécies florestais que se distinguem por diversas razões (valor económico, histórico, ecológico, etc.). Algumas destas espécies já se encontram abrangidas por legislação específica, outras ainda não. No artigo 9º do PROF AML estão descriminadas as espécies protegidas para esta região.

Em relação aos modelos de silvicultura, na sub-região homogénea Grande Lisboa, são aplicadas as normas de intervenção generalizada a toda a sub-região e as normas que se regem pela hierarquia funcional de cada sub-região e os objectivos de cada exploração, de acordo com a função predominante recreio, enquadramento e estética da paisagem, protecção, conservação.

No artigo 27º são indicadas as espécies de árvores florestais e correspondentes modelos de silvicultura a incentivar e privilegiar. É ainda enunciada uma lista de espécies arbóreas a privilegiar nesta sub-região



## Metas

O PROF AML estabelece algumas metas monitorizadas por uma série de indicadores que estabelecem os níveis de cumprimento dos objectivos gerais e específicos que se pretendem atingir como metas para 2025 e 2045:

1. Valores de percentagem de espaços florestais em relação à superfície total da região PROF AML:

Região/sub-região homogénea	Estimativa actual	Meta para 2025	Meta para 2045
Região PROF AML	43	45	47
Sub-região Grande Lisboa	27	28	28

2. Valores totais de percentagem de espaços florestais arborizados em relação à superfície total da região PROF:

Região/sub-região homogénea	Estimativa actual	Meta para 2025	Meta para 2045
Região PROF	26	31	33
Sub-região Grande Lisboa	9	14	14

3. O PROF AML estabelece os seguintes valores percentuais de composição dos espaços florestais arborizados ao nível da sub-região homogénea Grande Lisboa::

Espécie	Estimativa actual	Meta para 2025	Meta para 2045
Pinheiro-bravo	34	20	10
Pinheiro-manso	7	20	20
Eucalipto	15	5	0
Sobreiro	1	3	3
Outros carvalhos	8	10	25
Outras resinosas	24	25	25
Outras folhosas	12	17	17

4. O PROF AML estabelece as seguintes proporções, em termos percentuais, de povoamento sujeito a silvicultura intensiva:

Região/sub-região homogénea	Estimativa actual	Meta para 2025	Meta para 2045
Região PROF	18	13	10
Sub-região Grande Lisboa	15	5	0

5. A percentagem de área queimada anual é monitorizada através dos seguintes indicadores:

Região/sub-região homogénea	Estimativa actual	Meta para 2025	Meta para 2045
Região PROF	<1	<1	<1
Sub-região Grande Lisboa	<1	<1	<1

### O município de Lisboa

O PROF AML considera submetidos ao regime florestal e obrigados à elaboração de PGF (Plano de Gestão Florestal) as seguintes explorações florestais públicas e comunitárias do município de Lisboa:

- Parque Florestal de Monsanto (1070 ha)
- Quintas e Parques de Lisboa (175 ha)
- Tapada da Ajuda (103,40 ha)
- Tapada das Necessidades (10 ha)

Para todos estes espaços os principais objectivos comuns são: a) recreio, enquadramento e estética na paisagem, b) Protecção e c) Conservação.

Relativamente ao grau de prioridade para a realização do PGF, o Parque Florestal de Monsanto, por ser considerado uma floresta modelo detém um grau de prioridade alta. As restantes áreas possuem um grau de prioridade baixa, relativamente à hierarquia de elaboração dos PGF. Os PGF a elaborar pelo Estado e pelos privados devem ser concluídos no prazo de três anos.

No item “Quintas e Parques de Lisboa” estão contemplados os seguintes espaços, que actualmente se encontram afectos ao regime florestal: Quinta das Conchas e dos Lilazes, Parque de Alvalade, Parque da Belavista, Parque Central de Chelas, Parque do Vale Fundão e Quinta das Flores, Parque Silva Porto, Parque da Madre-de-Deus, Parque dos Moinhos de Santana e Vale do Silêncio.

Para efeitos de planeamento florestal local o PROF AML estabelece para o município de Lisboa a dimensão mínima de 25ha a partir da qual as explorações privadas são sujeitas a Plano de Gestão Florestal (PGF). Actualmente não existem explorações privadas desta dimensão e, a curto/ médio prazo, esta realidade não é previsível.

No PROF\_AML, o Parque Florestal de Monsanto, a par do perímetro florestal da Serra de Sintra, foi seleccionado como “floresta modelo” da região. As florestas modelo “constituem espaços florestais diversificados e representativos da região em termos das espécies de árvores florestais existentes com elevado interesse, no que concerne ao seu potencial para o desenvolvimento de actividades de recreio e interesse paisagístico, ao seu potencial para o desenvolvimento das actividades produtivas, que os proprietários privados podem adoptar tendo como objectivo a valorização dos seus espaços florestais”.

Os corredores ecológicos, que contribuem para a Estrutura Ecológica Municipal, são objecto de tratamento específico no âmbito dos PGF.

### **Compatibilidade com o PDM actual**

Os espaços indicados pelo PROF AML para o município de Lisboa são espaços que se encontram actualmente sob regime florestal. No entanto prevêem-se algumas alterações de uso relativamente à execução do Parque Hospitalar, cujo Plano de Pormenor está actualmente em elaboração, sobre território afecto ao Parque Central de Chelas e Parque da Belavista. É de esperar que neste caso a revisão do PDM venha a propor novos limites que irá submeter para apreciação à Autoridade Florestal Nacional. Há ainda pequenos acertos e compensações de áreas na Quinta das Conchas, no Vale Fundão e no Parque Florestal de Monsanto, que resultam de recentes intervenções nestes territórios.

Em relação ao PGF, foi acordado com a Autoridade Florestal Nacional a elaboração de dois PGF para toda a área do município: um primeiro que abrange apenas o Parque Florestal de Monsanto e um segundo que incorpora todos os restantes espaços afectos ao regime florestal. Os PGF integram um plano de gestão de incêndios, que segue as orientações do PROF AML, expressas no Título III do regulamento, relativo à “Defesa de Floresta contra Incêndios”.

Neste momento o PGF de Monsanto encontra-se em fase de conclusão e o PGF das restantes áreas florestais já foi iniciado.

### 3.4 Estratégia Municipal e Cooperação Intermunicipal

#### Estratégia Municipal

O processo de planeamento estratégico no município de Lisboa teve início na década de 90 com a aprovação do **I Plano Estratégico de Lisboa (PEL)**, em 1992, constituindo um instrumento inovador que serviu de base à elaboração do Plano Director Municipal de 1994. Fez-se salientar pelo lema de “Lisboa Capital Atlântica da Europa”, sistematizando linhas de desenvolvimento e elencando um conjunto de acções para que Lisboa se tornasse atractiva e competitiva, aproveitando oportunidades em perspectiva como a Capital Europeia da Cultura em 1994 e a EXPO em 1998.

A partir do cruzamento das debilidades e potencialidades da cidade, estabeleceram-se quatro estratégias para a mudança:

- Fazer de Lisboa uma cidade atractiva para viver e trabalhar
- Tornar Lisboa competitiva no sistema de cidades europeias
- Reafirmar Lisboa como capital metrópole
- Criar uma administração moderna, eficiente e participada

A concretização de algumas das acções foi possível através do envolvimento contratualizado com agentes e intervenientes no processo, sempre concertadas com as instituições públicas. Simultaneamente foi desenvolvido pelo município de Lisboa, o recurso a vários instrumentos de planeamento, nomeadamente o PDM de 94 e o lançamento de vários planos de urbanização e de pormenor, dotados de regulamentos para serem aplicados pela gestão (enquadrados na então nova legislação, Decreto-Lei 69/90, de 2 de Março).

O PDM de 1994 procurou traduzir as opções e os conceitos urbanísticos formulados no âmbito do plano estratégico de Lisboa, considerando como conceitos urbanísticos fundamentais:

- a) Os conceitos contidos no modelo baseado nas quatro áreas de ordenamento, definido no plano estratégico;

- b) Os conceitos do sistema de transportes;
- c) Os princípios de ordenamento das actividades terciárias;
- d) A estrutura verde para Lisboa;
- e) O conceito de núcleos de interesse histórico e de património edificado contido na carta municipal do património.

O Regulamento procurou também dar resposta às estratégias urbanísticas para Lisboa definidas nos estudos prévios do PDM, nomeadamente:

- 1.º Revalorização da função habitacional no conjunto da cidade e, em particular, na sua área central;
- 2.º Estabilização do tecido urbano consolidado, com prioridade à área central da cidade;
- 3.º Requalificação da estrutura funcional/terciária e desenvolvimento de novas centralidades;
- 4.º Reconversão da zona industrial oriental para serviços avançados de apoio à indústria e para desenvolvimento da plataforma logística de Lisboa;
- 5.º Valorização da qualidade ambiental de Lisboa;
- 6.º Melhoria da acessibilidade/mobilidade na área central da cidade.

Não foi possível dar uma continuidade plenamente eficaz ao processo de concretização de acções do I PEL, tendo surgido dificuldades ao nível da sua implementação/acompanhamento, de ordem cultural e de ordem política.

Em 2002 deu-se a retoma do planeamento estratégico, partindo-se para a elaboração de uma **Visão Estratégica para 2012**, em detrimento de um II Plano Estratégico tradicional, tendo sido delineada paralelamente ao arranque do processo de Revisão do Plano Director Municipal.

Não se tratou efectivamente de um plano estratégico por não terem sido reunidas as condições para a constituição de um Conselho Participativo, cuja proposta não foi aprovada pela Assembleia Municipal. Além disso, também o novo enquadramento legal, Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, destacava a vertente estratégica dos próprios PDM.

Este trabalho foi desenvolvido pelo Departamento de Planeamento Estratégico, com a colaboração da McKinsey and Company e do consultor externo, Prof. João Ferrão, tendo sido organizados alguns workshops e fóruns de participação pública focalizada nos principais agentes da cidade de modo a obter as suas bases de elaboração.

A Visão Estratégica Lisboa 2012 teve como missão “Lisboa Capital Atlântica da Europa/Porta Europeia do Mediterrâneo” e suportava-se em 4 eixos de desenvolvimento urbano:

- Cidade de Bairros
- Cidade de Empreendedores
- Cidade de Culturas
- Cidade de Modernidade e Inovação

A estratégia de intervenção urbanística segundo estes eixos de desenvolvimento baseou-se em linhas de orientação estratégica e em acções que abrangiam várias temáticas e dinâmicas sociais, históricas, culturais, ambientais, etc.... A sua operacionalização através da concretização destas acções urbanísticas estava prevista através da prática de planeamento e gestão urbana, desde que devidamente articulada com os planos e outras políticas sectoriais.

Foram ainda simultaneamente lançados vários estudos, nomeadamente: cartas de equipamentos de utilização colectiva, Lisboa Cidade de Empreendedores, O Clima na Cidade de Lisboa, Risco Sísmico, Carta Estratégica do Comércio, o Desafio da Mobilidade, Mercado Imobiliário, entre outros, dos quais alguns foram publicados.

Algumas destas acções foram concretizadas mas não por ter sido implementada esta Visão, já que nunca foi devidamente “reconhecida” politicamente, não tendo ido à Câmara.

No presente período, considerando a oportunidade de elaboração deste REOT, considerando que foram estabilizadas algumas das políticas sectoriais preconizadas para Lisboa e considerando que têm de ser definidos novos objectivos estratégicos, está a ser elaborada a **Carta Estratégica 2010-2024**.

Pretende-se com esta Carta planear a Cidade para os próximos 15 anos através de um processo participativo dos cidadãos e de um corpo multidisciplinar de especialistas em simultâneo com o processo de Revisão do PDM. Destacam-se outros trabalhos que estão a ser articulados e integrados neste processo, nomeadamente o plano local de habitação, as várias cartas de equipamentos (carta educativa, carta da saúde, plano gerontológico e carta da cultura), a estratégia energética/ambiental, o plano verde, etc....

Partindo dos seguintes eixos estratégicos:

- Cidade Intercultural
- Cidade Inovadora e Criativa
- Cidade Sustentável
- Cidade Competitiva

Lançam-se as seguintes cinco grandes questões:

- Como transformar Lisboa numa cidade inovadora, criativa e capaz de competir num contexto global, gerando riqueza e emprego?
- Como recuperar, rejuvenescer e equilibrar socialmente a população de Lisboa?
- Como tornar Lisboa uma cidade amigável, segura e inclusiva para todos?
- Como tornar Lisboa uma cidade ambientalmente sustentável e energeticamente eficiente?
- Como afirmar a identidade de Lisboa capaz de ser uma vantagem competitiva para a cidade?

A resposta a estas questões vai contribuir para ajustar a definição dos referidos eixos, para os quais se irão definir um conjunto de medidas e acções.

### **Cooperação intermunicipal**

Durante a década de 90, há medida que decorrida a implementação do processo de planeamento estratégico, foram criadas algumas empresas e agências municipais (por exemplo, a AMBELIS – Agência para o Desenvolvimento e Modernização da Base Económica de Lisboa) cujo objectivo era o de agilizar a acção municipal. Algumas delas revelaram-se desnecessárias, a maioria veio sobrepor-se a competências existentes na CML ou com elas mal articuladas, outras ainda foram subvertendo os fins que inicialmente perseguiram.

Muito mérito teve a iniciativa de se criarem instituições intermunicipais com o objectivo de se coordenarem acções de vários municípios contíguos numa mesma matéria, aproveitando desta forma sinergias. Foram elas:

- Emarlis
- Simtejo
- ValorSul
- MARL
- GAML/Junta Metropolitana de Lisboa

A entretanto extinta **EMARLIS, Empresa Municipal de Águas Residuais de Lisboa**, foi criada em 1996, para a gestão do serviço público de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Município de Lisboa através de rede fixa, abrangendo a construção, reparação e manutenção das unidades de tratamento e reciclagem das águas residuais urbanas.

Em 2001, o Governo criou o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão e constituiu a Sociedade **SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão**, para a construção, extensão, reparação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos de recolha de efluentes dos Municípios que participam no seu capital social.

Após a criação da SIMTEJO todos os meios técnicos e humanos anteriormente afectos à EMARLIS passaram para aquela empresa em 2002.

A SIMTEJO, para além da gestão empresarial que a fundamenta, traduz uma visão integradora para a recolha e tratamento de águas residuais na principal área metropolitana do País, perspectivando, como valores a potenciar, uma solução comum e colaborante dos vários agentes associados, na adopção de práticas ambientais económica e socialmente sustentáveis e ajustadas às disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os valores que estipulam a actividade da SIMTEJO vão desde a procura constante do envolvimento dos municípios, à racionalização dos investimentos e obtenção de economias de escala, ao desenvolvimento de capacidades, know-how e domínio tecnológico das soluções técnicas, para que sejam adequadas, eficientes e economicamente sustentáveis e por forma a melhorar e preservar os ecossistemas, com tarifas socialmente aceitáveis.

A SIMTEJO tem com principal objectivo estratégico a despoluição dos recursos hídricos das bacias hidrográficas e dos meios receptores na sua área de influência.



Como objectivo associado, equaciona-se que o contributo da actividade da Empresa possa ser decisivo para a melhoria das condições ambientais, dos valores naturais em presença e da qualidade de vida das populações na área servida.

Isto significa que o desempenho da SIMTEJO visa contribuir para o bem-estar de cerca de 1,5 milhões de habitantes, numa área geográfica da ordem dos 1000 km<sup>2</sup>, situada na zona metropolitana em que o País mais se revê.

A **Valorsul, S.A.** é a empresa responsável pelo tratamento e valorização das cerca de 750 mil toneladas de Resíduos Sólidos Urbanos produzidas, por ano, nos municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira.

A sua área de intervenção corresponde a menos de 1% da área total do país, mas valoriza quase um sexto de todo o lixo doméstico produzido em Portugal.

Esta imensa quantidade de resíduos é tratada e valorizada pela Valorsul através de um moderno Sistema de Gestão Integrada de RSU adequado ao crescimento e à composição do nosso lixo urbano.

É uma Sociedade Anónima com 7 accionistas: Câmara Municipal de Amadora, Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Loures, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Electricidade de Portugal, S.A., Empresa Geral do Fomento, S.A. e Parque Expo'98, S.A. As Bases da Concessão foram definidas no Decreto-Lei nº294/94 de 16 de Novembro, estabelecendo que a concessão compreende a concepção e construção de todas as infra-estruturas necessárias e a prestação de serviço público de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos (RSU), gerados nos Municípios utilizadores.

O Sistema Multimunicipal para o Tratamento e Valorização de RSU de Lisboa (Norte), integrando os Municípios de Amadora, Lisboa, Loures e Vila Franca de Xira, foi criado através do decreto-lei nº 297/94 de 21 de Novembro.

Em 2006, a Valorsul figurou entre as dez instituições finalistas na 1ª edição do Prémio Cidadania para Empresas e Organizações, instituído numa parceria entre a AESE - Escola de Direcção e Negócios - e a PriceWaterhouseCoopers 2005/06. Com o objectivo de

distinguir as Boas Práticas nesta matéria, estas duas entidades seleccionaram as dez melhores empresas e as cinco melhores ONG's.

O **MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa**, é um centro de abastecimento de produtos agro-alimentares, onde os diversos segmentos de retalhistas podem contar com uma elevada acessibilidade, com uma concentração e diversidade de produtos alimentares, com a existência de actividades complementares e de serviços de apoio à actividade grossista e, ainda, adequadas condições técnicas e comerciais existentes em vários pavilhões.

Em pleno funcionamento, estima-se que serão transaccionadas, no MARL, 1 milhão e 400 mil toneladas por ano, de produtos alimentares, atingindo-se um volume de negócios - gerado no interior do MARL e respeitante a todos os ramos de actividade - da ordem dos 280 milhões de contos.

A MARL, S.A. empresa que tem a responsabilidade de gerir o Mercado, conta hoje com cerca de 50 trabalhadores. É uma sociedade anónima de capitais públicos, sendo o seu capital social de Euros 33.667.999,06. O capital está repartido pelos accionistas da seguinte forma, SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores com 67,66%, a Câmara Municipal de Lisboa com 26,40%, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa com 3,96% e a Câmara Municipal de Loures com 1,98%.

Enquanto espaço aberto aos mais diversos sectores de actividade e aos diferentes agentes económicos, o MARL contribui para o desenvolvimento do comércio grossista e retalhista e para garantir, aos 3,7 milhões de habitantes que vivem na área de influência do Mercado, a segurança e a qualidade alimentar no abastecimento.

Nos termos da Lei 10/2003 de 13 de Maio, a **Grande Área Metropolitana de Lisboa** (GAML) constituiu-se uma pessoa colectiva pública de natureza associativa, de âmbito territorial visando a prossecução de interesses comuns aos municípios que a integram.

Os municípios que compõem a Grande Área Metropolitana de Lisboa são 18, nomeadamente: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira.

As atribuições da Grande Área Metropolitana de Lisboa abrangem, ao nível da articulação e da coordenação inter-municipal, as seguintes áreas:

- Saneamento básico;
- Saúde;
- Ambiente;
- Segurança e protecção civil;
- Acessibilidades e transportes;
- Equipamentos colectivos;
- Turismo;
- Cultura;
- Desporto.

A **Junta Metropolitana de Lisboa** é o órgão executivo da Área Metropolitana de Lisboa, sendo constituída pelos 18 Presidentes das Câmara Municipais dos Municípios que integram a AML. As suas competências enquadram-se no artigo 18º do mesmo diploma legal, carecendo, algumas delas, de processos de transferência de poder central e dos municípios integrantes.